

Estrategias de resistencia y la enseñanza de la historia brasileña reciente en la escuela

Alessandra Carvalho¹

Resumen

En las últimas décadas, el fortalecimiento de los movimientos sociales vinculados a las poblaciones negras, indígenas, de mujeres y LGBTQIAP+ impactó a la escuela en sus aspectos curriculares, políticos y filosóficos y estableció nuevos marcos para la discusión sobre derechos en Brasil. Las políticas oficiales de memoria, orientadas al tema de las violaciones de derechos humanos durante la dictadura cívico-militar, profundizaron este debate. Al mismo tiempo, las fuerzas de extrema derecha, incluido el movimiento auto intitulado Escuela sin Partido y el presidente Jair Bolsonaro, han elegido la educación como uno de los principales objetos de su acción pública, intentando socavar la legitimidad de la escuela y de los docentes en su dimensión científica y social. Ante este proceso, la presentación examina las estrategias y prácticas construidas por los maestros de Historia para reafirmarse en su disciplina como agentes relevantes en las luchas por los derechos humanos y en las disputas sobre la memoria nacional. Para ello, se analizan tesis de maestría desarrolladas por docentes de educación básica entre 2014 y 2019 en torno del tema de la enseñanza de la historia de la dictadura cívico-militar.

¹ Docente do Setor Curricular de História do Colégio de Aplicação e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. – ale-carvalho@uol.com.br

Estratégias de resistência y la enseñanza de la historia brasileña reciente en la escuela

Uma das primeiras aparições do deputado Jair Bolsonaro como presidente eleito soou como a leitura de uma ordem do dia nos quartéis e repercutiu como um surto de esquizofrenia nas redes sociais. Com um recado “a toda a garotada do Brasil”, o capitão reformado que governará o Brasil a partir de 1º de janeiro se dirigiu assim aos estudantes do ensino básico: “Vamos filmar o que acontece na sala de aula e vamos divulgar isso daí. Pais, adultos, homens de bem têm o direito de saber o que esses ‘professores’ [aspou a palavra com gestos] ficam fazendo na sala de aula. Entrem em contato com a gente”, exortou Bolsonaro.

O presidente eleito respondia a um estudante do Espírito Santo, João Vítor, que enviou ao seu QG, no Rio, um vídeo em que a professora, irritada por estar sendo gravada sem que consentisse, ameaçava processá-lo. O presidente encerrou a fala com um recado à professora: “Eu tenho uma surpresinha pra ela também. Quero ver ela processar você!”. (Quadros, 2018)

Em fevereiro de 2019, o então comandante do Colégio Militar de Porto Alegre coronel Claudio Faulstich reuniu cerca de 200 funcionários em um auditório da escola para um anúncio: a partir daquele momento, alguns temas estavam proibidos em sala de aula. Entre os assuntos vetados, o militar citou explicitamente as palavras homofobia e racismo.

“Ele procurou minimizar a interferência dele e disse que era uma ordem superior, da Depa [Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial, departamento do Exército]. Mas, em tom ameaçador, disse que se alguém tentasse contrariar essas normas poderia sofrer consequências”, relata o professor Rafael, que pediu anonimato por medo de represálias, como a maioria de seus colegas que conversou com a reportagem da Agência Pública. O que surpreendeu Rafael não foi a interferência no conteúdo das aulas. O professor, que trabalha no sistema de colégios militares há mais de dez anos, conta que já havia recebido orientações por escrito para alterar provas com questões envolvendo política, “para evitar propaganda partidária”. O educador se espantou com o encontro para divulgar normas até então implícitas. A situação anormal fez parte dos professores enviar uma carta de repúdio ao comandante duas semanas após o episódio. (Pina, 2020)²

² Os colégios militares fazem parte de um sistema específico de educação pública (Sistema Colégio Militar do Brasil - SCMB) pertencente ao Exército e oferecem turmas de ensino fundamental (6º ao 9º ano) e médio (1ª a 3ª série). O corpo docente é formado por civis e militares e os discentes ingressam nas unidades escolares por concurso público ou por amparo regulamentar, no caso de serem filhos de militares que sofrem as injunções das carreiras paternas.

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDDH) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que recebe denúncias de violação de direitos humanos, passou a classificar abordagens escolares comprometidas com a igualdade de gênero e diversidade sexual como violações de liberdade ou integridade psíquica, motivadas por ideologia. Com base em denúncias enquadradas nessa classificação, o Ministério liderado por Damara Alves passou a promover diretamente a ação de órgãos de controle policial ou administrativo. Tal atuação já ocorreu no município de Resende/RJ, onde o diretor de uma escola municipal recebeu intimação da Polícia Civil para responder a uma denúncia anônima formulada perante a Ouvidoria Nacional por induzir ideologia política e “ideologia de gênero”.

A operação da Polícia se fundamenta no *Manual de Taxonomia de Direitos Humanos*, publicado pela Ouvidoria Nacional com o suposto objetivo de padronizar os dados obtidos em formato acessível ao cidadão. De maneira expressa, o material adota o termo “ideologia de gênero” como elemento circunstancial de violação que indica motivação da suposta ofensa. O Ministério e a Ouvidoria se recusaram a prestar explicações sobre o caso alegando sigilo. Ou seja, a nova tática permite receber denúncia anônima pela Ouvidoria e constranger professores e diretores para prestar esclarecimentos sem que nenhum crime esteja, efetivamente, sendo imputado. (Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas, 2022, p. 24-25)

Os três fragmentos acima, datados de 2018, 2020 e 2022, fazem parte do cotidiano vivido por docentes brasileiros da educação básica nos últimos anos. Eles abrangem o período iniciado com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república seguido das ações de agentes públicos e instituições do Estado que buscam estabelecer formas de controle dos professores, censuram publicamente conteúdos escolares e criminalizam a atuação docente.

Antes que inesperadas, essas iniciativas integram um fenômeno que tomou corpo em diferentes instâncias da sociedade brasileira desde o início da década de 2010, e que tem como um de seus protagonistas o movimento chamado Escola sem Partido (ESP). Criado em 2004, o ESP acusa os professores de promoverem “doutrinação político-ideológica” nas escolas e de usar sua influência sobre crianças e jovens para propagar ideias de esquerda. Até 2014, o movimento não recebeu grande atenção, mas essa situação se modificou com a polarização política verificada nas eleições presidenciais desse ano e durante o curto segundo mandato de Dilma Rousseff. (Moura e Salles, 2018) Nesse contexto, afirmam Moura e Silva, “o projeto de combate à ‘doutrinação’ por vezes foi estrategicamente utilizado por partidários da extrema-direita e frequentemente normalizado por liberais, analistas políticos e jornalistas em nome de ‘ouvir os dois lados’” (2020, p. 9) e de construir uma oposição aos governos do

Partido dos Trabalhadores (PT). Como resultado dessas escolhas de diferentes atores, as ideias e ações autoritárias do ESP foram legitimadas no debate público e apropriadas como plataforma eleitoral por lideranças religiosas, conservadoras e de extrema-direita.

2014 foi também o ano em que Flávio Bolsonaro, então deputado estadual do Rio de Janeiro, encomendou ao fundador do ESP um projeto de lei para criminalizar a suposta doutrinação ideológica praticada por professores. Um modelo de projeto foi entregue ao parlamentar carioca e, posteriormente, disponibilizado no site do ESP para que pudesse ser proposto em câmaras municipais, assembleias estaduais e, também, no Congresso Nacional. É importante destacar que, no ano de 2015, foi adicionada ao modelo de projeto de lei uma parte específica na qual se estabelecia a proibição da “ideologia de gênero” nas escolas.

Entre a iniciativa de Flávio Bolsonaro e o ano de 2020, com destaque para 2017 e 2018, 237 projetos de censura e criminalização dos professores foram apresentados no país e vários foram aprovados, tornando-se lei. Moura e Silva (2020) categorizaram essas propostas legislativas em quatro grupos: Escola sem Partido, Tipo Escola sem Partido, Anti-gênero e “Infância sem pornografia”. Levantamento posterior realizado por uma equipe de pesquisadores com apoio de associações científicas, movimentos coletivos e organizações sociais sublinhou o crescimento dos dois últimos tipos entre 2019 e 2021. (Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas, 2022) Isso indica que, a despeito das sucessivas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que anularam as leis aprovadas por considerá-las inconstitucionais, inúmeros agentes públicos seguem buscando estabelecer formas de censura e criminalização do trabalho docente, ao mesmo tempo em que fortalecem na arena social e política suas concepções conservadoras e autoritárias.

Para os professores, apesar do respaldo legal à liberdade de cátedra e à pluralidade pedagógica pela Constituição Federal, de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, e pelas sentenças do STF, a investida iniciada pelo ESP e apropriada por outros atores sociais se reverteu em um cotidiano marcado pela autocensura, insegurança laboral, desvalorização de seu saber e pelo enfrentamento com colegas, diretores de escola, superiores administrativos, lideranças religiosas, responsáveis e estudantes. No caso específico do ensino de História e seu programa curricular oficial, diversos temas tornaram-se alvo de escrutínio e contestação. Esse tem sido o caso, por exemplo, de atividades referentes à história e à cultura das populações negras e indígenas do Brasil, especialmente quando enfocam debates sobre religiões e as lutas pela terra, e a história da ditadura civil-militar, que é nosso interesse principal nesse texto.

Anos 2010: ascensão da extrema-direita e as políticas de memória

Em relação ao tema da ditadura civil-militar, Farias e Oliveira (2020) analisaram diversos materiais produzidos por apoiadores do ESP e relatos de docentes nos quais verificaram a presença recorrente de acusações de que os professores propagariam visões distorcidas e “esquerdizantes” da ditadura e apresentariam somente “um lado” desse processo histórico – daí ensinarem um conhecimento parcial e ideologicamente orientado. De acordo com os partidários do ESP, os anos ditatoriais também teriam se caracterizado pela manutenção da “ordem”, a partir do enfrentamento de uma ameaça comunista e dos grupos guerrilheiros, pela “prosperidade” econômica e pela ausência de corrupção, e os “alunos deveriam conhecer ‘o outro lado de forma igualitária’”. (2020, p. 11)

As redes sociais e a internet constituíram um espaço crucial para essa articulação discursiva sobre o passado ditatorial, no qual distintos agentes sociais, entre eles o ESP - cuja página no Facebook foi fundamental para sua atuação -, formaram o que Pereira denominou “comunidade de memória em rede” (Pereira, 2015). Nicolazzi (2019) analisou produções escritas e audiovisuais da empresa gaúcha Brasil Paralelo, um agente importante dessa comunidade, identificando seus mecanismos de construção argumentativa. Três tópicos destacados por ele, da obra *Entre mitos e verdades. A história do regime militar*, publicada pela empresa como e-book gratuito em 2018, indicam os eixos da narrativa pretendida: a afirmação da existência de uma ameaça comunista no país como justificativa para o golpe de 1964, que teria ocorrido para defender a democracia; a negação do caráter de golpe de Estado para a ação civil-militar em razão desta ter sido apoiada por parte da sociedade; e o estabelecimento de umnexo de causalidade entre “ação” dos grupos de luta armada e “reação” repressiva estatal, reatualizando a proposição de uma “guerra entre dois lados”.

Longe de apresentar uma novidade, essa abordagem defendida pelo ESP e outros agentes sociais retomou publicamente memórias que justificam e exaltam a ditadura e circulam socialmente desde os anos 1970, sobretudo entre alguns setores militares de extrema-direita e seus apoiadores. (Bauer, 2017) Ela também tangencia outra memória de caráter liberal, construída entre os anos 1970 e 1990 por forças políticas, econômicas e culturais, que se ancora na postulação de pontos “negativos” - as violações dos direitos humanos – e “positivos” – o desenvolvimento econômico – da ditadura. Assim, a ditadura teria, realmente, dois lados a serem analisados, sendo um deles "positivo". Um dos principais agentes de construção e reprodução dessa memória foram os maiores jornais publicados nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. (Carvalho, 2015) Verificamos, então, que a atuação do ESP dialogou e encontrou respaldo em memórias compartilhadas por distintos agentes sociais, levadas para a sala de aula e utilizadas para questionar o conhecimento histórico escolar e os professores. Esse processo se intensificou a partir de 2018, com a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, político com posições históricas de defesa da ditadura e de exaltação

pública de ditadores e torturadores, e a nomeação de milhares de oficiais militares para cargos públicos.

Alguns historiadores sublinham que a análise da formação dessa “comunidade de memória em rede” e do fortalecimento de grupos conservadores e de extrema-direita na defesa da ditadura civil-militar e, até, na sua negação, deve considerar os impactos da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e de seu funcionamento, entre os anos de 2011 e 2014. (Napolitano, 2020; Bauer, 2017) Aqui, consideramos relevante enfatizar dois aspectos apontados como destaques do caso brasileiro: o fenômeno do “comissionismo” (Hollanda e Perlatto, 2017) e a intensa participação de pesquisadores da ditadura civil-militar nas comissões da verdade (Quadrat, 2020).

Em relação ao primeiro, no contexto de criação da CNV e do início de seus trabalhos, várias outras comissões ou comitês foram instituídos oficialmente em boa parte dos estados brasileiros e em inúmeros municípios, desenvolvendo seus trabalhos, sobretudo, entre os anos de 2013 e 2016. (Hollanda e Israel, 2019) Ao mesmo tempo, universidades, entidades profissionais e sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais criaram comissões próprias para investigar as violências praticadas pelo Estado ditatorial em setores específicos, assim como estabeleceram um espaço de reconhecimento público para suas vítimas. Essa dinâmica também registrou a pressão dos movimentos indígenas, negros, feministas e LGBTQIA+, bastante atuantes na década de 2010, para que as comissões se debruçassem com mais afinco no exame das violações dos direitos humanos desses sujeitos.

Assim, as comissões da verdade se desenvolveram em espaços muito heterogêneos – estatais federais/estaduais/municipais, acadêmicos, sindicais, de organizações da sociedade civil - e através da atuação de pessoas com trajetórias também bastante variadas, conformando o comissionismo, um fenômeno político e social descentralizado e marcado pela “condição radicalmente plural da experiência”. (Hollanda e Israel, 2019, p. 4) O direito à memória e à verdade, estabelecido oficialmente em um documento oficial federal, foi, assim, apropriado e moldado pelos cidadãos em ações múltiplas e autônomas para concretizar o direito anunciado pelo Estado. Esse processo “articulou grupos já historicamente mobilizados pela denúncia da violência da ditadura com novas gerações que não têm histórias de afetação direta pelo regime, mas que se solidarizam com a causa” (Hollanda e Israel, 2019, p. 6) e resultou na produção de acervos documentais e publicações variados, em grande parte disponíveis para pesquisadores e professores.

O segundo aspecto distintivo das comissões da verdade no Brasil foi sua criação tardia - mais de 25 anos após o fim da ditadura militar -, em um cenário acadêmico com uma historiografia já consolidada sobre o período, erigida a partir do manejo refinado de múltiplas fontes, e com especialistas em história contemporânea do Brasil que desempenharam um

papel crucial para que a CNV alcançasse seus objetivos. (Quadrat, 2020, p. 4) Foram muitos os pesquisadores que atuaram nos grupos temáticos da CNV e, também, no surgimento e atuação de outras comissões, mobilizando nesse trabalho os resultados de investigações realizadas nas universidades. Esse conhecimento foi fundamental para a elaboração dos relatórios finais e outras publicações das comissões da verdade, transbordando para outros espaços sociais. (Quadrat, 2020)

Napolitano (2020) sublinha que os aportes críticos resultantes dessa política estatal de memória acionaram grupos formados por civis e militares a expressar publicamente uma narrativa positiva da ditadura. Nessa mesma linha, Pereira (2015) aponta que a ação da extrema-direita, verificada a partir de meados da década de 2010, se relacionou diretamente com os trabalhos da CNV, cujas audiências públicas, oitivas e relatório final desestabilizaram a indistinção entre algoz e vítima – presente na interpretação da ideia de crimes conexos na Lei de Anistia – ao apontar os nomes dos militares responsáveis pelas violações dos direitos humanos, afirmar as práticas da tortura, de assassinato e de desaparecimento de corpos como políticas de Estado e indicar a revisão da Lei da Anistia. Em direção semelhante, Caroline Bauer (2017) ressaltou a proliferação dos discursos negacionistas e revisionistas conforme a CNV avançou em suas investigações. Advindas de setores militares, essas narrativas sobre o passado ditatorial justificavam o golpe de Estado de 1964 como uma forma de evitar a implantação do comunismo e a tortura como excesso praticado por indivíduos, reforçando publicamente memórias elaboradas décadas atrás e encontrando interlocutores em grupos conservadores da sociedade como o ESP.

Diante desse complexo processo político e social da década de 2010, marcado pela ascensão das forças políticas conservadoras e de extrema-direita e por novas inflexões na história da memória sobre o período ditatorial (Jelin, 2014), que afetaram a profissão docente e o ensino de história na educação básica, nos voltamos para a investigação de como professores e professoras buscaram enfrentar as iniciativas para limitar sua autonomia docente, os ataques à legitimidade de seu saber e as narrativas que justificam, exaltam ou negam a ditadura civil-militar brasileira. Com esses objetivos, estabelecemos como corpus documental dissertações de mestrado realizadas por professores de História da educação básica entre os anos de 2014 e 2019 em um programa específico: o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

O ensino da história da ditadura civil-militar no presente: escolhas e resistências docentes

O ProfHistória é um programa de pós-graduação em rede nacional criado no âmbito das políticas de formação de professores da educação básica implementadas pela

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC) do governo federal. Sua primeira turma teve início no ano de 2014 em 12 universidades públicas e privadas associadas. Nas turmas seguintes - 2016, 2018 e 2019 - foram 27 instituições em todo o Brasil, que aumentaram para 39 nas turmas iniciadas em 2020 e 2022. Em acordo com a regulação federal, é obrigatório que o mestrando esteja atuando como professor de História nos níveis fundamental e médio das redes pública ou privada para que possa cursar o ProfHistória. Por isso, desde 2014, centenas de docentes da educação básica passaram a frequentar a pós-graduação das universidades, confrontando as pesquisas em ensino de História com suas questões, experiências e saberes. Ao mesmo tempo, a produção acadêmica relativa à didática, aprendizagem, educação das relações étnico-raciais, entre tantos outros temas, foi imediatamente incorporada aos saberes e às práticas dos mestrandos nos espaços educativos onde atuam.

Por resultarem de um mestrado profissional, as dissertações do ProfHistória apresentam características específicas que reforçam sua escolha para objeto de análise. Em primeiro lugar, as questões de pesquisa geralmente têm como origem as experiências profissionais dos mestrandos e os interrogantes que delas surgem. Assim, as dissertações nos remetem diretamente ao cotidiano vivido pelos professores de História nas escolas e, também, fora dela – em espaços como museus e sítios urbanos e rurais –, e ressaltam aquilo que os desafia como docentes. Ao mesmo tempo, nesses textos, seus autores descrevem, cotejam e analisam essas experiências em diálogo com os fluxos do conhecimento científico da área.

Também é indicado que os mestrandos elaborem uma dimensão propositiva com vistas a ser utilizada por professores de História e/ou estudantes da educação básica. Esta tem assumido uma infinidade de formatos tais como material didático ou paradidático em papel e digital, sites, jogos, intervenções em espaços públicos, documentários, oficinas, aulas de campo, centros de memória, sequências didáticas... Essas dissertações constituem, portanto, um material que expressa as questões candentes para os professores em seu trabalho diário e os encaminhamentos construídos por eles no tempo presente a partir da pesquisa em ensino de História.

Para o exame realizado aqui, procedemos à identificação das dissertações que tratam do tema da ditadura civil-militar estabelecendo algumas delimitações. A base de dados foi montada com os trabalhos defendidos pelos integrantes das turmas iniciadas nos anos de 2014 e 2016, o que nos permitiu ter acesso ao conjunto de pesquisas finalizadas entre 2016 e 2019. A partir desse critério, foi feita uma busca na Plataforma Sucupira e no Portal eduCapes, em janeiro de 2021, utilizando o termo “ditadura”, que deveria constar no título, no resumo ou nas palavras-chave dos trabalhos. Ao todo, foram identificadas 18 dissertações que corresponderam aos critérios de busca em um total de 460 trabalhos, o que sinaliza que a

pesquisa sobre o ensino da história da ditadura civil-militar não ocupou grande espaço entre as questões dos mestrados nesse período temporal. O quadro 1 apresenta as informações institucionais dos 18 trabalhos identificados:

QUADRO 1 – Informações sobre as dissertações do ProfHistória com o tema da ditadura civil-militar

TÍTULO	INSTITUIÇÃO	AUTORIA
1. Memória da resistência à ditadura militar brasileira: guia para utilização de filmes em sala de aula	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Deborah Silva de Queiroz
2. A Guerrilha do Araguaia: memória, esquecimento e Ensino de História na região do conflito	Universidade Federal de Tocantins	José Humberto Gomes Barbosa
3. Imprensa64.pro.br: materiais didáticos sobre o golpe de estado de 1964 por meio da imprensa brasileira	Universidade Estadual de Santa Catarina	Juliana Hachmann
4. Ensino de história: o olhar dos e das estudantes do nono ano, da EEEM Lília Neves (Rio Grande, RS) sobre a ditadura civil militar	Universidade Federal do Rio Grande	Júlio Cezar Gonçalves Sosa
5. As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/ professor	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Licia Gomes Quinan
6. Práticas teatrais no Ensino de História: contribuições de Augusto Boal e Paulo Freire	Universidade Federal de Santa Catarina	Cleyton Machado
7. Arte de guerrilha e Ensino de História: abordagem didática da resistência à ditadura civil-militar no Brasil a partir das obras de Cildo Meireles	Universidade Federal do Paraná	Izabella Gomes Lopes Bertoni
8. Revisionismo, memória e ensino de história da ditadura civil-militar - por uma prática politizante	Universidade Estadual de Campinas	Elton Rigotto Genari
9. Ditadura militar brasileira: memória e ensino em tempos de redemocratização	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Carlos Monteiro Alves
10. Para não esquecer: ensino de História e Empatia Histórica a partir da escrita de	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Fernando de Lima Nunes

biografias de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar brasileira		
11. Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local (Curitiba – PR)	Universidade Federal do Paraná	Luiz Gabriel da Silva
12. Tocando na ferida: gênero e ditadura no ensino de história através da análise de testemunhos	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Isadora Ritterbusch Librenza
13. Ensino de história e passados sensíveis: história e memória da ditadura militar nos livros didáticos do Brasil e da Argentina	Universidade Regional do Cariri	Ellen Natucha Pedroza Bezerra
14. Práticas políticas repressivas do século XX e consciência histórica: um propositivo didático das aulas de história no Colégio Santa Cruz – Araguaína – TO	Universidade Federal de Tocantins	Kamila Soares de Araujo Coimbra
15. Tempo de lembrar: memórias da ditadura e ensino de História do Amapá	Universidade Federal do Amapá	Danilo Mateus da Silva Pacheco
16. Formação em direitos humanos no ensino de História: diálogos entre a escola e uma sociedade polarizada	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Oswaldo Santos Falcão
17. História, narrativa gráfica e a ditadura militar em Belém: presente, passado e futuro pela ótica da arte sequencial	Universidade Federal do Pará	Plínio Sá de Araujo
18. Trilhas da ditadura civil-militar na cidade do Rio de Janeiro: roteiro para Educação em Direitos Humanos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Vinícius Ávila da Silva

Fonte: Plataforma Sucupira e Portal eduCapes.

O texto das dissertações foi acessado no Portal eduCapes e realizada a leitura do resumo, sumário, introdução e a dimensão propositiva de cada um dos trabalhos. Não procedemos a uma análise quantitativa dos principais aspectos contidos nas dissertações; antes, buscamos identificar e analisar as diferentes perspectivas indicadas pelos professores que apontaram três dimensões entrelaçadas nas escolhas docentes para ensinar a história da ditadura civil-militar no presente: a ênfase na divergência/diferença como elemento constitutivo das experiências históricas, a relevância do desenvolvimento com os estudantes de habilidades cognitivas próprias da escrita da história e a variedade dos materiais e

metodologias propostos. Foram escolhidas cinco experiências e proposições didáticas para melhor explorar essas três dimensões. Iniciamos pela apresentação das proposições elaboradas e, em seguida, desenvolveremos a análise.

PROPOSIÇÃO 1

Dissertação: IMPRENSA64.PRO.BR: Materiais didáticos sobre o golpe de Estado de 1954 por meio da imprensa brasileira - Juliana Hachmann

A dissertação de Hachmann (2016) estabeleceu como objetivo principal desenvolver nos estudantes a capacidade de se apropriar criticamente de fontes de informação. Partindo da proposta Reading Like a Historian³, a autora selecionou materiais da imprensa que apresentavam perfis ideológicos distintos e, por isso, versões conflitantes sobre o governo de João Goulart e o golpe de estado de 1964, construindo um percurso de análise próximo ao método de pesquisa histórica baseado no cotejamento de diferentes documentos para a construção da argumentação. Esse percurso se iniciava com uma questão inicial, que deveria ser respondida pelos estudantes a partir do exame de documentos históricos selecionados. Justificando essa escolha, Hachmann enfatizou a importância do desenvolvimento da leitura crítica das produções da mídia e a atualidade do tema escolhido, que possibilitaria, através do ensino de história, discutir e problematizar a “batalha de memórias em torno do golpe de Estado” de 1964, familiar a seus estudantes (Hachmann, 2016, p. 90). Nas páginas seguintes, reproduzimos partes de uma das atividades propostas:

³ Desenvolvida pelo Stanford History Education Group, essa metodologia pode ser encontrada em <https://sheg.stanford.edu/history-lessons>. Acesso em 31 de julho de 2021.

APÊNDICE B – O GOLPE DE ESTADO FOI APOIADO PELA SOCIEDADE BRASILEIRA?



O golpe de Estado foi apoiado pela sociedade brasileira?



Fotografia de manifestantes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964. Data e local desconhecidos.

Fonte: AMORIM, Felipe e MACHADO, Rodolfo. Golpe de 64. Blog OperaMundi. 21 mar. 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34445/golpe+de+64+marcha+da+familia+com+deus+pela+liberdade+completa+50+anos+salva+quem+a+financiou+e+dirigiu.shtml>>. Acesso em: 16 set. 2016.

Muitas pessoas falam que o Golpe de 1964 foi apoiado pela população brasileira, que não queria mais ser governada por João Goulart. Uma prova disto seriam as Marchas da Família com Deus, que foram manifestações que pediam a saída do presidente e, depois de sua deposição, comemoraram a sua queda. Algumas destas manifestações tiveram centenas de milhares de participantes.

Outras pessoas dizem que o golpe foi apoiado apenas por setores da classe média e das elites, pois parte dos trabalhadores e estudantes apoiavam Goulart ou não aceitavam uma intervenção militar para depor um presidente.

Outros falam que é impossível saber se houve apoio ou não.

Você vai investigar alguns documentos da época para tentar responder a esta polêmica questão. Leia com atenção e critica os documentos deste conjunto.

O golpe de Estado foi apoiado pela sociedade brasileira?

DOC. 1 – PESQUISA DE OPINIÃO ANTES DO GOLPE

No "Comício das Reformas", realizado no dia 13 de março de 1964, o presidente João Goulart afirmou seu desejo de realização das Reformas de Base e encaminhou ao Congresso Nacional uma Mensagem Presidencial sobre o tema. Após estes eventos, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizou algumas pesquisas, feitas entre os dias 20 e 30 de março de 1964, com 950 entrevistados. Veja o resultado parcial destas pesquisas:

Como o sr(a) considera o Governo João Goulart, até agora?	Ótimo	Bom	Regular	Mau	Péssimo	Não sabem
São Paulo	13%	29%	30%	7%	12%	9%
Araraquara	15%	24%	23%	10%	11%	17%
Avai	18%	37%	19%	5%	5%	16%

QUESTÕES:

1. Por quem e quando estas pesquisas de opinião foram feitas?
2. De acordo com estas pesquisas, a maioria dos entrevistados seria favorável ou desfavorável ao governo de João Goulart?
3. A quantidade de pessoas entrevistadas é representativa da população total do país?

Referências do conjunto:

Documento 1: Pesquisa do IBOPE realizada entre 20 e 30 de março de 1964, com base em 950 entrevistas. Arquivo Edgard Leuenroth apud MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Tempo*, Niterói, v. 20, n. 36, p. 1-21, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-1980-542X-2014203627.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2016.

Documento 2: Pesquisa do IBOPE realizada entre 12 e 22 de maio de 1964, com base em 500 entrevistas. Arquivo Edgard Leuenroth apud MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Tempo*, Niterói, v. 20, n. 36, p. 1-21, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-1980-542X-2014203627.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2016.

Documento 3: FONTOURA, Carlos Alberto. Entrevista. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). *Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. p. 193. Adaptação nossa.

Documento 4a: APOTEÓTICA demonstração de civismo e democracia na Marcha da Família. Diário de São Paulo, São Paulo, 7 abr. 1964. 13078-09 320x240.FLV. Altura: 240 pixels. Largura: 320 pixels. 1,37 MB. Formato VLC Media File. Compactado. Acervo do Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira. Disponível em: <<http://www.bcc.org.br/tupi/detalhe/45091>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

Documento 4b: DIÁRIO DE SÃO PAULO na TV. Rotelro. São Paulo, 7 abr. 1964. DP19640407 12.JPG. Altura: 1090 pixels. Largura: 800 pixels. 96 DPI. 77,5KB. Formato JPEG. Compactado. Acervo do Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira. Disponível em: <http://www.bcc.org.br/tupi/rotelros/telejornal/DP?field_dsc_dia_value=07&field_dsc_mes_value=04&field_dsc_ano_value=1964>. Acesso em: 30 jul. 2016.

Documento 5: O SEMANÁRIO, Rio de Janeiro, Ano 8, n.º 376, 19 mar. 1964 a 1 abr. 1964. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=149322&pagfis=4799>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

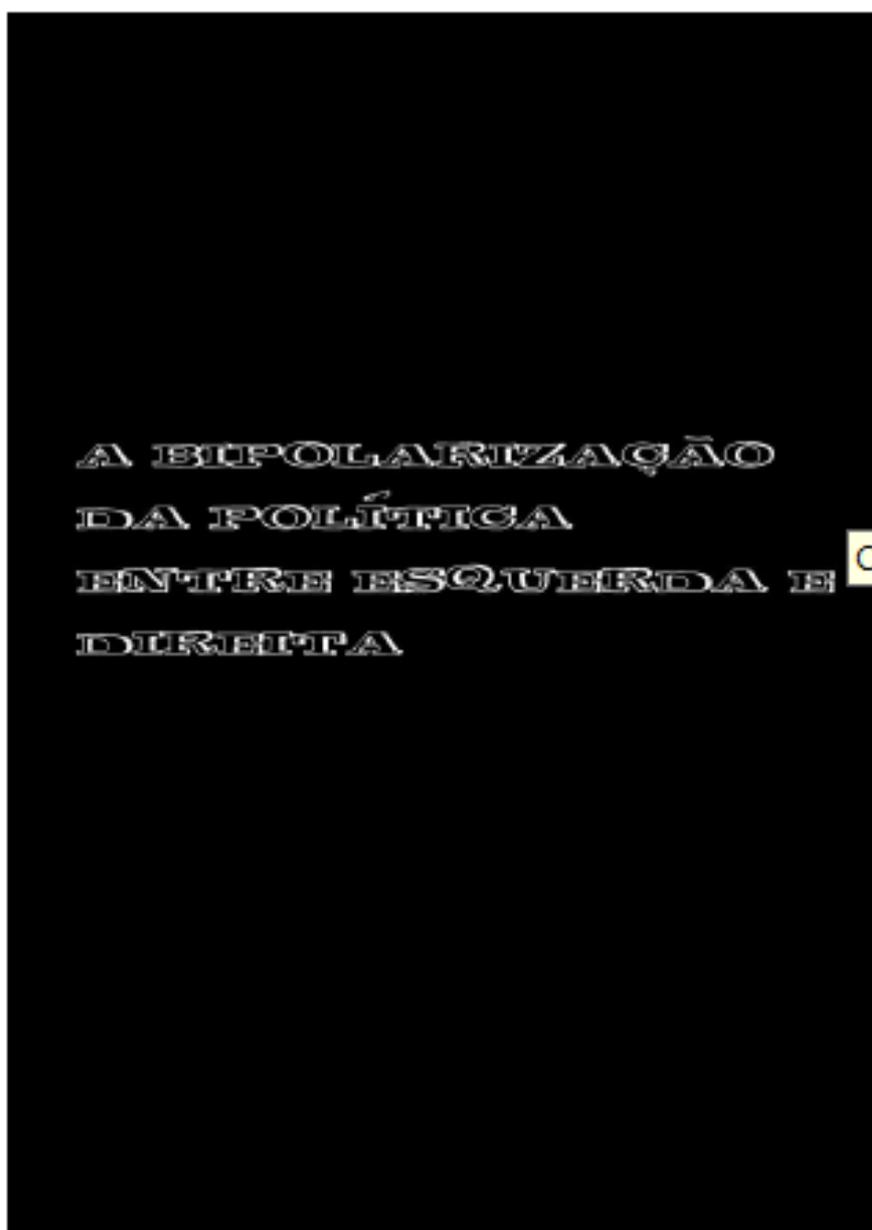
Documento 6: CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, ano 63, n.º 21777, 1 abr. 1964. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=50217>. Acesso em: 30 jul. 2016.

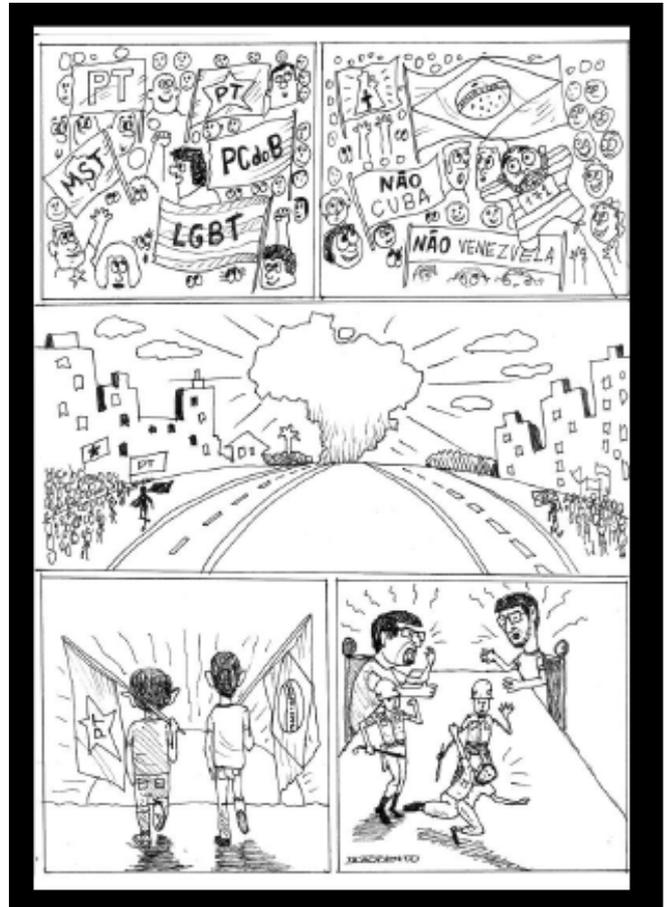
Documento 7: DEPOIMENTOS sobre a cassação de políticos comunistas. Diário de São Paulo, São Paulo, 9 abr. 1964. 13080-01 320x240.FLV. Altura: 240 pixels. Largura: 320 pixels. 14,1 MB. Formato VLC Media File. Compactado. Acervo do Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira. 00:03:13 a 00:04:28. Disponível em: <<http://www.bcc.org.br/tupi/detalhe/45130>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

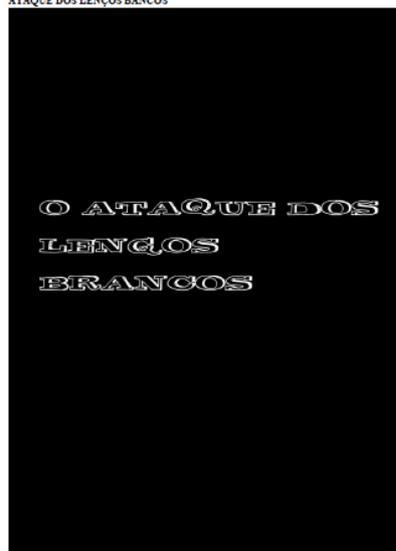
Araújo direcionou sua pesquisa para explorar as potencialidades da arte gráfica no ensino de História, criando quatro histórias em quadrinhos que se passaram na cidade de Belém, estado do Pará. A primeira delas tem caráter ficcional e foi intitulada A bipolarização política entre esquerda e direita, retratando a trajetória de dois irmãos que ocuparam posições opostas no processo político que culminou no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, entre 2014 e 2016. Tendo o presente como ponto de partida da proposta didática, as três histórias seguintes foram criadas utilizando trabalhos historiográficos e acervos de história oral relativos à história do Pará. Nelas, o autor enfocou eventos anteriores e posteriores a 1964 envolvendo forças da esquerda e da direita, episódios de confronto e violência estatal.

A primeira história está reproduzida a seguir, seguida das capas das outras três histórias:

QUADRINHO 1 - A BIPOLARIZAÇÃO POLÍTICA ENTRE ESQUERDA E DIREITA







PROPOSIÇÃO 3:

Dissertação: A guerrilha do Araguaia: memória, esquecimento e ensino de história na região do conflito - José Humberto Gomes Barbosa

Atuando como professor de História na região do Araguaia, onde se desenvolveu um movimento guerrilheiro nos anos 1970 que mobilizou grande repressão da ditadura militar, Barbosa desenvolveu sua pesquisa analisando a historiografia disponível sobre a guerrilha e entrevistando professores da região sobre como ensinam esse episódio. Como proposição didática, foram selecionados materiais abrangendo as visões e relatos de guerrilheiros, militares, indígenas e camponeses com o objetivo de contemplar a diferença de perspectivas e experiências vividas e, também, debater o processo de silenciamento das memórias da população local, que, segundo o autor, foram suplantadas pelo protagonismo dado a militantes da luta armada e repressores.

Abaixo, reproduzimos o sumário da dissertação onde são definidas diferentes temáticas - indígena, dos armamentos, das operações no contexto da guerrilha, das torturas e prisões - compostas pelas "visões" e "percepções" de diferentes sujeitos históricos envolvidos. Nessas seções, documentos produzidos por guerrilheiros, militares envolvidos na repressão, depoimentos orais de moradores e indígenas articulam a proposta didática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 BREVE HISTÓRICO OU MEMÓRIA SOCIAL DA GUERRILHA DO ARAGUAIA.....	25
1.1 ANTECEDENTES.....	25
1.2 ESTRUTURAÇÃO DA GUERRILHA.....	27
1.3 MEMÓRIAS SOBRE O PROCESSO BASEADO NOS ESCRITOS SOBRE A GUERRILHA.....	36
2 A CIRCULAÇÃO DA MEMÓRIA ACERCA DA GUERRILHA: a região e suas escolas e seus professores.....	57
2.1 A RELAÇÃO ENTRE A MEMÓRIA SOCIAL, A HISTÓRIA E OS PROFESSORES DA REGIÃO.....	57
2.2 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A GUERRILHA E A ATUAÇÃO DOCENTE ACERCA DO TEMA.....	73
3 PROPOSTA DIDÁTICA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM ACERCA DAS MEMÓRIAS SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA.....	94
3.1 A TEMÁTICA INDÍGENA.....	94
3.2 A TEMÁTICA DOS ARMAMENTOS.....	99
3.2.1 Percepção dos militares.....	99
3.2.2 Percepção dos guerrilheiros.....	100
3.3 A TEMÁTICA DAS OPERAÇÕES NO CONTEXTO DA GUERRILHA.....	103
3.3.1 Na visão dos militares.....	104
3.3.2 Na visão dos guerrilheiros.....	108
3.4 A TEMÁTICA DAS TORTURAS E PRISÕES.....	108
3.4.1 Na visão dos militares.....	109
3.4.2 Na visão dos guerrilheiros.....	110
3.4.3 Na visão dos moradores.....	114
3.5 A TEMÁTICA DA MEMÓRIA.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	135
APÊNDICES.....	139
ANEXOS.....	150

PROPOSIÇÃO 4:

Dissertação: A arte de guerrilha e ensino de história: abordagem didática da resistência à ditadura civil-militar no Brasil a partir das obras de Cildo Meireles - Izabella Gomes Lopes Bertoni

O ponto de partida de Bertoni foi uma análise do uso de obras de arte no ensino de História e a identificação da ausência de representações do período contemporâneo. Assim, ela selecionou obras de Cildo Meireles e da chamada "arte de guerrilha", que dialogavam diretamente com a repressão praticada pela ditadura. As obras usadas em atividades com os estudantes estão reproduzidas abaixo.



Figura 39: Cildo Meireles, *Inserções em Circuitos Ideológicos* – 1. Projeto Coca-Cola, 1970.



Figura 48: Cildo Meireles, *Inserções em Circuitos Ideológicos* - Projeto Cédula, 1975.

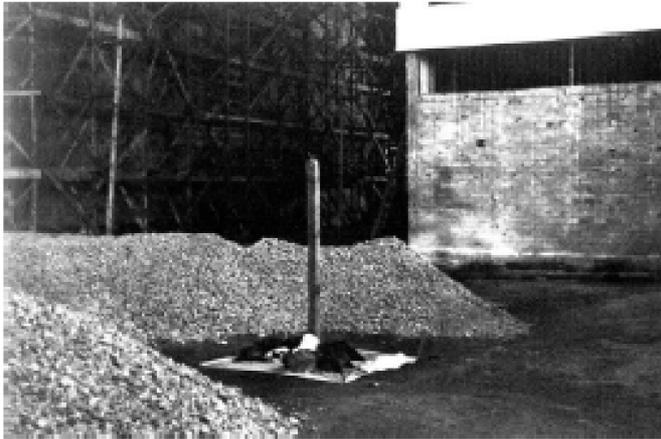


Figura 43: Gildo Meireles, Tiradentes: Totem-Monumento ao Preso Político, 1970.



Figura 44: Gildo Meireles, Tiradentes: Totem-Monumento ao Preso Político, 1970.



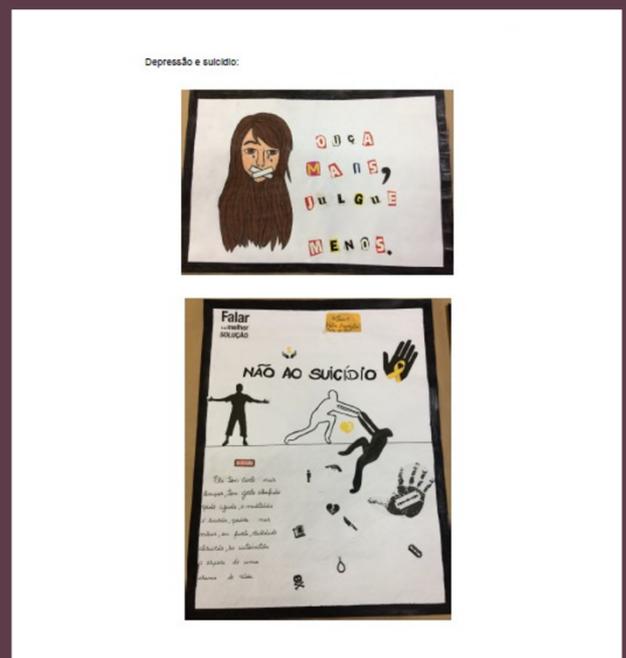
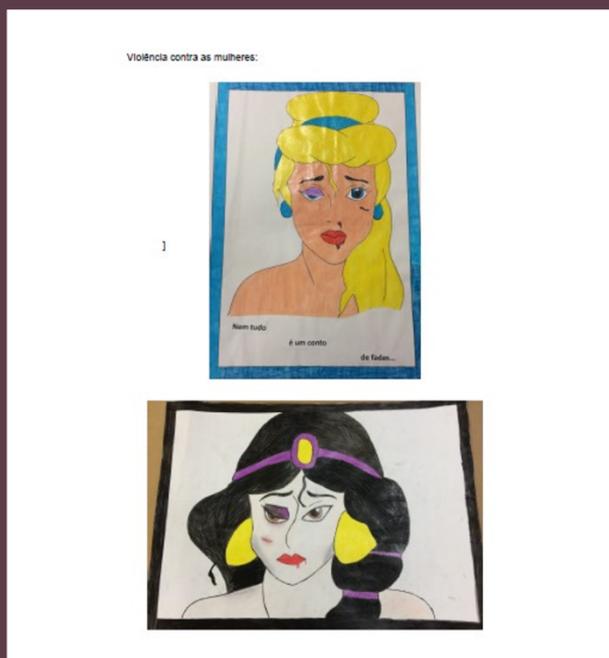
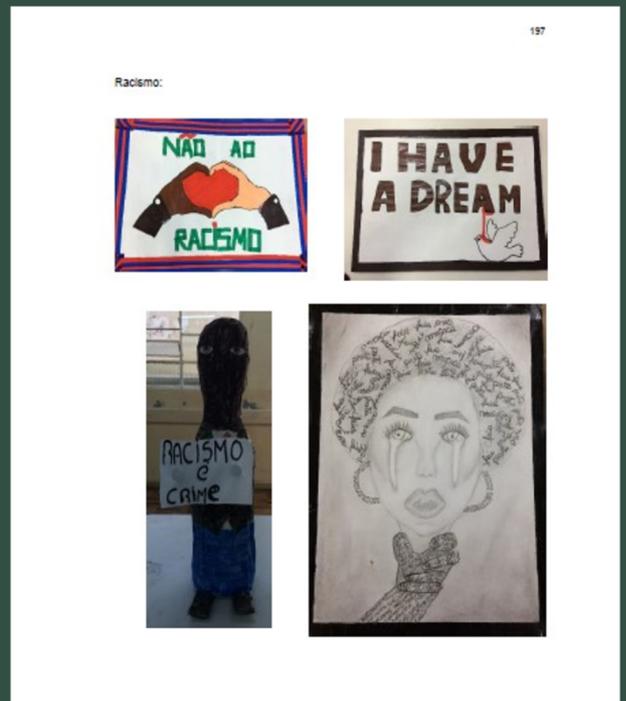
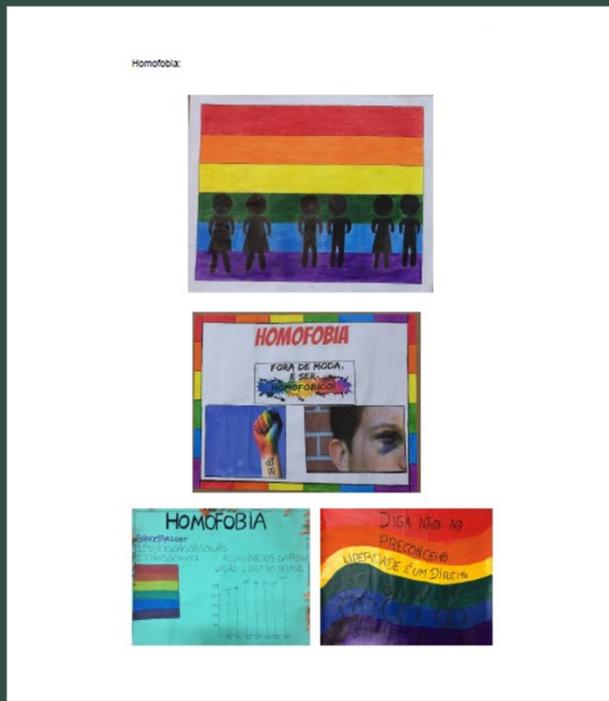
Figura 45: Gildo Meireles, Tiradentes: Totem-Monumento ao Preso Político, 1970.

Bertoni afirmou que sua intenção, ao destacar conteúdos referentes à violência e à censura em sua pesquisa, foi

acentuar esses pontos negativos para promover uma valorização do regime democrático, do respeito às liberdades individuais, coletivas e de um engajamento contra a opressão e a violência, fazendo com que esses/essas discentes refletissem sobre tais assuntos e tomassem consciência da necessidade de nos posicionarmos

de forma contrária ao Estado autoritário e, assim, promover uma educação para a cidadania, para a defesa dos direitos humanos e para o respeito às diferenças de maneira geral. (Bertoni, 2018, p. 194)

Após as atividades realizadas com as obras de Cildo Meireles, os estudantes produziram obras próprias sobre temáticas atuais que os afetavam - homofobia, racismo, violência contra a mulher, depressão e suicídio. Algumas dessas produções estão a seguir:



PROPOSIÇÃO 5:

Dissertação: Tocando na ferida: gênero e ditadura no ensino de história através da análise de testemunhos - Isadora Ritterbusch Librenza

A pesquisa de Librenza buscou articular a história da ditadura à questão de gênero através da produção de um zine com a história de vida da ex-presa política Maria Amélia de

Almeida Telles a partir de testemunhos presentes em acervos documentais. O zine está reproduzido a seguir:



**MARIA
AMELIA
DE
ALMEIDA
TELES**

Nasceu em Contagem, Minas Gerais, em 1944. Foi militante do PCdoB, participou da resistência armada à ditadura civil-militar. Foi presa em 1972 juntamente com o companheiro, Cesar Augusto Teles e a irmã, Criméia de Almeida. Foi torturada, presenciou um assassinato

e teve seus filhos levados pelos militares. Continua lutando por justiça e buscando os corpos de companheiras e companheiros de luta que estão desaparecidos até hoje. Vamos conhecer um pouco mais da história do Brasil a partir das memórias da Amelinha?

2
RESISTIR
MEMÓRIAS DE MULHERES QUE ENFRENTARAM
A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Amelinha nasceu em uma família de militantes do Partido Comunista Brasileiro.

Eu já nasci com esse estigma, com essa denominação 'comunista', vamos dizer assim, quando eu fui pra escola e mesmo na minha participação na vida, eu sempre ouvi o discurso contra injustiça, contra a desigualdade social"

Existia essa propaganda pela paz, partindo dos próprios comunistas que faziam muita luta pela paz, muita mobilização e que eu participava. Que a guerra era coisa do capitalismo. Eu cresci com essa discussão.



3
RESISTIR
MEMÓRIAS DE MULHERES QUE ENFRENTARAM
A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

11
 estava com quinze anos
 dava uma membridade
 para o partido, partici-
 pava dos reuniões e até
 estudo eu fiz no partido
 porque tinha curso de
 filosofia marxista, eco-
 nomia marxista, história
 marxista, tudo marxista.
 Você estudava Marx.



a discussão pra mim era
 o objetivo, eu sou co-
 munistas, quero acabar
 com o imperialismo e
 com o capitalismo en-
 tão nós podemos fazer
 isso de forma pacífica
 eu não sou da paz forte

11
 1964-1968
 1969-1974
 1975-1980



11
 naquela época você ter
 uma esposa você ter
 uma filha, um filho, um
 filho, ali na central
 do Brasil o Presidente
 da República falando
 para o povo. O
 comunismo não era
 pelas causas populares
 então, um político com
 uma boa lembrança dela
 acho que ele era um
 político com um muito
 simpático pelo povo,
 pelas causas populares



11
 1964-1968
 1969-1974
 1975-1980

11
 conseguimos um caminhão
 da prefeitura e a gente
 fazia... Pupunha umas tabu-
 las no caminhão para ir
 com uma escada e ali a
 gente punha todos os li-
 vros e chamava o povo
 para doar livros e fazia
 troca de livros, então
 ali se fazia troca de li-
 vros. No centro da cidade.
 Pra Você imaginar que
 em 64 não tinha tanta es-
 cola como tem hoje, en-
 tão a gente dava muita
 aula pra operário.



11
 Quando foi no dia 17
 de março, eu assisti
 uma sessão que eu fiz
 então é o dia em que
 eu me tornei feminista.
 17 de março de 1964.
 Não tem um feminista
 com uma data tão cer-
 tista como a minha
 porque eu vi milhares
 de mulheres pobres,
 negras, faveladas,
 sendo dirigidas pelos
 padres e pelas mulhe-
 res brancas lutando
 contra o João Goulart,
 contra o comunismo,
 elas iam em aquela
 marcha pela família

11
 1964-1968
 1969-1974
 1975-1980

11
 1964-1968
 1969-1974
 1975-1980

Eu lembro do Edison subindo as grades dizendo assim:

"MÃE, VOCÊ VIROU BANDIDA? VOCÊ É BANDIDA?"

Eu estava sendo torturada dentro da cela. As cadeiras de aço, eles levaram meu filho para me ver. E eu lembro deles falando: "De mãe, você ficou... Por que você ficou assim e o pai ficou verde?"

É o caso de um torturado de tortura de que o preso em questão não é submetido a qualquer violência



Imagem 12

A saída do presídio:

[. . . .]
o tempo todo que eu lembro de presídio é escuro, eu não consigo ver sol. E quando saio daquela cadeia eu lembro que... Eu acho que eu tenho problemas de visão, eu sempre uso óculos. Aquela luz na minha cara eu fiquei assim. "Socinha eu não tá conseguindo enxergar" Não, calza, você vai enxergar." Ela que me deu todo aquele apoio, primeiro apoio de que precisava, de pôr o pé na rua.

13
Imagem 13
Materiais de trabalho em andamento e conteúdo não finalizado para revisão

14
Imagem 14
Materiais de trabalho em andamento e conteúdo não finalizado para revisão

A LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO

Eu cheguei lá e falei. Não falei. O João me ameaçou tanto aquela primeira vez de falar de um terrorista, porque eu falei no Danielle, falei nos meus filhos e meu marido falou também. E não falei até com muita insistência. E o advogado ficou com raiva de mim e foi embora, me deixou sozinho lá com aquele transtorno, a joia. É um advogado que eu agradeço muito ele, mas ele fez isso comigo porque ele queria que eu cheguei lá e falei. "Eu tá arrependido" arrependido do que, meu Deus? O que eu fiz de errado se eu tá lutando pelo povo. Quem luta pelo povo não faz coisa errada não faz

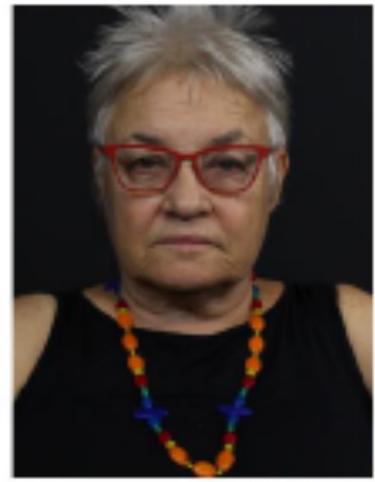


Imagem 15

Os textos utilizados nesse material foram retirados de entrevistas realizadas por Maria Luiza de Almeida Veloso no Projeto História da Memória, de 27 de Janeiro de 2011, de 2008, e em 2010. O texto foi revisado e atualizado conforme o conteúdo e o contexto atualizado e reorganizado. Como Trabalho de

15
Imagem 15
Materiais de trabalho em andamento e conteúdo não finalizado para revisão

Segundo Librenza, essa escolha se baseou em um caminho para que

o “gelo” entre a história e estudante seja quebrado, na medida em que, antes de imergir em categorias e conceitos novos, os estudantes já partam da dimensão humana do ocorrido, o que também desperta dúvidas e corriqueiramente suscita questionamentos, a partir dos quais as aulas se desenrolam levando em consideração os interesses das e dos estudantes. (Librenza, 2018, p. 11)

A autora também realizou um grupo focal no qual foram lidos e discutidos o zine e trechos de depoimentos dados por Maria Amélia de Almeida Telles, buscando focar questões relativas às experiências femininas e analisar como os estudantes presentes reagiram e debateram entre si temas como a maternidade e as escolhas políticas de uma mulher.

Nos três primeiros trabalhos aqui destacados, evidenciam-se as escolhas dos docentes em elaborar atividades baseadas nas diferentes experiências e memórias sociais acerca do passado ditatorial brasileiro. Essa escolha, a nosso ver, deve ser entendida em relação com a urgência de dar inteligibilidade às disputas políticas e de memória vividas nos anos 2010 através das práticas da história escolar. Assim, o presente tem grande importância para determinar o olhar sobre o passado ditatorial, revelando o aspecto instituinte do tempo vivido por estudantes e professores como articulador das práticas docentes no ensino de História. (Carvalho, 2021)

A escolha pela seleção e contraposição de diferentes experiências e memórias sobre a ditadura pode ser compreendida, ainda, como uma convocação dos estudantes para a restauração do diálogo em sala de aula, na tentativa de combater a desconfiança que se instalou na relação alunos-professores. Abrir espaço para as ideias dos alunos, conhecer suas fontes de informação, estabelecer um espaço para sua manifestação seriam estratégias para a troca, o debate e, também, para o reconhecimento do caráter essencialmente diverso e conflituoso das ordens sociais. Todavia, afirmam os professores, essa ação deve ser acompanhada da crítica e da discussão de diferentes dimensões dos direitos humanos, apostando que o exame coletivo de narrativas e memórias favoráveis à ditadura pode enfraquecer a adesão a elas.

Para a consecução dessa dimensão crítica, os docentes se dedicaram a propor operações cognitivas específicas para forjar nos estudantes a habilidade de contextualizar memórias e narrativas sobre a ditadura, reconhecer sua pluralidade e os conflitos que daí se instalam na sociedade. Recorrendo aos subsídios da escrita da história, os professores defenderam uma apropriação analítica das memórias e de seus meios de produção e transmissão através do uso intenso de documentos históricos cotejados com textos historiográficos e didáticos, induzindo os estudantes a explorar sua “capacidade de extrair e correlacionar informações a partir dessas evidências, concebendo uma perspectiva mais científica para o ensino de História” (Caimi, 2015, p. 29-30). Essa opção também propiciou aos professores um espaço para reforçar a legitimidade de seu saber ao buscar diferenciar, através do uso de metodologias da História, o conhecimento produzido na universidade e na escola das narrativas que se originam na internet e nos círculos familiares, identificados como principais fontes de memórias positivas ou negacionistas da ditadura.

Muitas pesquisas se voltaram, ainda, para a reflexão sobre *como* ensinar a história da ditadura civil-militar tendo como objetivo primordial criar estratégias para propiciar e estimular a participação dos estudantes na construção do conhecimento. Com esse fim, os professores selecionaram e construíram materiais, referenciais teóricos e metodologias variados como entrevistas com alunos, grupos focais, histórias em quadrinhos, produção de zines, seleção de testemunhos, produção artística... As justificativas para a escolha desses materiais destacaram a opção por linguagens audiovisuais e mídias digitais que seriam mais próximas do cotidiano dos estudantes, reforçando a intencionalidade de dialogar também com as experiências juvenis.

Como conclusão, destacamos que a análise dos textos e proposições didáticas registrou as inúmeras estratégias elaboradas diante do desafio de ensinar a história da ditadura civil-militar no tempo presente, revelando o caráter criativo e produtivo das práticas docentes (Gonzalez, 2018).

Bibliografia

ARAUJO, Plínio Sá (2019). "História, narrativa gráfica e a ditadura militar em Belém: presente, passado e futuro pela ótica da arte sequencial". Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade Federal Do Pará, Campus Universitário De Ananindeua (Ananindeua).

ALMEIDA, Leandro Rosetti de (2016). "Museu da lembrança: história ensinada, narratividade e memória." Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo).

BARBOSA, José Humberto Gomes (2016). "A Guerrilha do Araguaia: memória, esquecimento e ensino de história na região do conflito." Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Campus Universitário de Araguaína, Universidade Federal do Tocantins (Araguaína)

BAUER, Caroline Silveira (2017). Como será o passado?: história, historiadores e a comissão nacional da verdade. (Jundiaí: Paco)

BERTONI, Izabella Gomes Lopes (2018). "Arte de guerrilha e ensino de história: abordagem didática da resistência à ditadura civil-militar no Brasil a partir das obras de Cildo Meireles." Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná (Curitiba).

CAIMI, Flávia Eloisa. "Investigando os caminhos recentes da história escolar: tendências e perspectivas de ensino e pesquisa." ROCHA, Helenice et al. (org.). O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado. (Rio de Janeiro: FGV Editora).

CARVALHO, Alessandra (2015). "'Contando a história' da ditadura civil-militar: grande imprensa e a construção da memória no Brasil democrático". In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (Org.). História e memória das ditaduras do século XX. (Rio de Janeiro: FGV Editora) Volume 1.

----- (2021). O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistória. Tempo e Argumento, (Florianópolis) v. 13, n. 33.

FARIAS, José Airton de, OLIVEIRA, Danielle Rodrigues de (2020). "Ensino de ditadura civil-militar em tempos de 'Escola Sem Partido'". Revista Eletrônica de Educação, (São Carlos) v. 14.

GONZÁLEZ, Maria Paula (2018). "La última dictadura argentina en el aula: entre materiales, textos y lecturas." Revista História Hoje, (São Paulo) v. 7, n. 13.

HACHMANN, Juliana (2016). "Imprensa64.pro.br: materiais didáticos sobre o golpe de estado de 1964 por meio da imprensa brasileira." Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Estadual de Santa Catarina (Florianópolis).

HOLLANDA, Cristina Buarque de e PERLATTO, Fernando (2017). "Entre a reconciliação e a justiça: a lei da anistia diante das comissões da verdade." ARAÚJO, Maria Paula de e PINTO, Antônio Costa. Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos. (Rio de Janeiro/Recife: Autografia/ Edupe)

HOLLANDA, Cristina Buarque de e ISRAEL, Vinícius Pinheiro (2019). "Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática." Rev. Sociol. Polit., v. 27, n. 70.

JELIN, Elizabeth (2014). "Memoria y democracia: una relación incierta." Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, (Cidade do México) ano LIX, n. 221.

LIBRENZA, Isadora Ritterbusch (2018). "Tocando na ferida: gênero e ditadura no ensino de história através da análise de testemunhos." Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre).

MANUAL DE DEFESA CONTRA A CENSURA NAS ESCOLAS, 2022.

<https://anpuh.org.br/images/ANPUH/Escola%20sem%20Partido/Manualdedefesa%20contra%20censura%20nas%20escolas.pdf>

MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da (2020). Seis anos de projetos 'Escola sem Partido' no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais,

distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. (Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordça.)

MOURA, Fernanda Pereira de & SALLES, Diogo da Costa (2018). "O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas." *Periódicus*, (Salvador), n. 9, v. 1.

NAPOLITANO, Marcos (2020). "Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus." *História: Questões & Debates*, (Curitiba), v. 68, n. 01.

NICOLAZZI, Fernando (2019). A história da ditadura contada pelo Brasil Paralelo. Sul21. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/> Acesso em: 19 nov. 2020

NOGUEIRA, Marcia Barbosa (2018). O ensino de história e as músicas de Chico Buarque de Holanda: da escuta à produção de sentidos históricos na Escola Estadual Engenheiro Palma Muniz, em Redenção – PA. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Campus Universitário de Araguaína, Universidade Federal do Tocantins (Araguaína).

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (2015). Nova direita? guerras de memória em tempos de comissão da verdade (2012-2014). *Varia Historia*, (Belo Horizonte) v. 31, n. 57.

PINA, Rute (21.out.2020) " Professores relatam censura em colégios militares". Pública. <https://apublica.org/2020/10/professores-relatam-censura-em-colegios-militares/> Acesso em 31 de março de 2022

PIRES, Elaine Prochnow (2016). "Ideias históricas de jovens do ensino médio sobre representação das mulheres no ensino de história do Brasil: estudo de caso." Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina (Florianópolis)

QUADRAT, Samantha Viz (2020). "The Historian's Role, Public History, and the National Truth Commission in Brazil." *International Public History*, v. 3.

QUADROS, Vasconcelos (28.nov.2018). "Para críticos, objetivo do Escola sem Partido é reescrever história da ditadura." Pública. <https://apublica.org/2018/11/para-criticos-objetivo-do-escola-sem-partido-e-reescrever-historia-da-ditadura/> Acesso em 31 de março de 2022

RODRIGUES, Eric Freitas (2016). "Tecnologia, inovação e ensino de história: o ensino híbrido e suas possibilidades." Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (Niterói).